

Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário – Área Judiciária
Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, considere o texto abaixo.

A arte requer “explicação”?

Aqui e ali, quem frequenta bienais, salões de arte ou exposições de artes plásticas encontrará de repente não um quadro, uma escultura ou algum objeto de significação histórica, mas uma instalação – nome que se dá, segundo o dicionário Houaiss, a “alguma obra de arte que consiste em construção ou empilhamento de materiais, permanente ou temporário, em que o espectador pode participar, manipulando-a, ou, sendo, às vezes, de tamanho tão grande, que o espectador pode nela entrar”. Trata-se, em outras palavras, de materiais organizados num espaço físico de modo a constituírem uma obra de arte.

Ocorre, porém, com grande parte das instalações, um fenômeno curioso: com muita frequência o criador é convidado a explicar – e o faz com linguagem muito sofisticada – o sentido profundo que pretendeu dar àquele conjunto de materiais, àquela instalação que ele concebeu. Para o público, restará a impressão final de que os materiais eram, em si mesmos, insuficientes para significarem alguma coisa: precisavam da explicação de quem os utilizou.

As verdadeiras obras de arte se impõem por si mesmas, independentemente de qualquer explicação prévia ou justificativa final. O grande músico, o grande escritor, o grande cineasta não precisam interpor-se entre a sonata, o romance ou o filme para explicar seu sentido junto ao público. Certamente haverá oportunidade para todos refletirmos sobre o sentido dinâmico de uma obra artística que atingiu o nosso interesse e provocou o nosso prazer; mas nada será mais forte do que a mobilização emocional e intelectual que a obra já despertou em nós, no primeiro contato.

(Aristeu Valverde, inédito)

1. A pergunta que constitui o título do texto encontra sua resposta, conforme se posiciona o autor, no seguinte segmento:
 - (A) *materiais organizados num espaço físico de modo a constituírem uma obra de arte* (1º parágrafo).
 - (B) *os materiais eram, em si mesmos, insuficientes para significarem alguma coisa* (2º parágrafo).
 - (C) *O grande músico, o grande escritor, o grande cineasta não precisam interpor-se entre a sonata, o romance ou o filme* (3º parágrafo).
 - (D) *oportunidade para todos refletirmos sobre o sentido dinâmico de uma obra artística* (3º parágrafo).
 - (E) *atingiu o nosso interesse e provocou o nosso prazer* (3º parágrafo).

2. Da posição assumida pelo autor do texto em relação às instalações e às obras de arte em geral, deduz-se sua convicção de que as obras de arte
 - (A) não favorecem debates ou reflexões, em vista da autossuficiência do sentido que exprimem de modo direto.
 - (B) devem ser esclarecidas por aquele que lhes emprestou determinado sentido, ao criá-las com função estética.
 - (C) desvendam-se por si mesmas, a menos que seu autor seja capaz de nos mostrar que seu sentido explica-se conforme sua intenção.
 - (D) valem-se de uma força já presente em sua linguagem, o que não impede que venhamos a refletir e ponderar sobre elas.
 - (E) dispensam qualquer explicação quando não se propõem a ser grandiosas, preferindo tirar partido de sua simplicidade.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *permanente ou temporário* (1º parágrafo) = vitalício ou inabitual.
 - (B) *o faz com linguagem muito sofisticada* (2º parágrafo) = cumpre-o com expressões rudimentares.
 - (C) *os materiais eram, em si mesmos, insuficientes* (2º parágrafo) = os utensílios, vistos em si, estavam indisponíveis.
 - (D) *o sentido dinâmico de uma obra artística* (3º parágrafo) = a presunção impulsiva de um artefato.
 - (E) *nada será mais forte do que a mobilização emocional* (3º parágrafo) = nada superará a ativação dos sentimentos.



4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Partindo do caso específico das instalações, o autor nos leva a refletir sobre o que considera a força intrínseca de toda obra de arte.
 - (B) Se uma obra de arte vir acompanhada de uma explicação, é por que sua razão de ser principal já foi subestimada.
 - (C) Ainda que fosse necessário explicá-las, porquanto de algum mistério, toda obra de arte deveria ter alguma força já em si mesma.
 - (D) O fato de haverem explicações para obras artísticas provam que já não existiria nelas aquela força suficiente para dispensá-las.
 - (E) Tanto não necessitam de explicação, que as verdadeiras obras de arte podem-nos convencer sem outra força além da que lhes cabem.
-
5. Há construção na voz passiva e adequada articulação entre os tempos verbais na frase:
- (A) Os que apreciam as instalações, no futuro, talvez poderiam emprestar-lhes o sentido que hoje não parecem ter.
 - (B) Ao serem visitadas, as instalações costumam impressionar o público que se deixa levar pela significação que o próprio autor lhes atribui.
 - (C) Se fosse para levar a sério a materialidade das instalações, nenhuma delas necessita da justificativa a ser dada pelo criador.
 - (D) Nunca a linguagem das grandes obras de arte teria necessidade de alguma explicação que venha a se tornar indispensável.
 - (E) Por mais que nos esforcemos para perscrutar o sentido de uma instalação, este sempre dependeria das razões alegadas pelo autor.
-
6. Transpondo-se para o discurso direto, em linguagem adequada, o segmento *Disse-me o artista na exposição que aquela sua instalação deveria comover-nos mesmo sem a sua explicação*, obtém-se a construção:
- Disse-me o artista na exposição:
- (A) – Essa instalação minha deveria comover mesmo que vocês não a explicassem.
 - (B) – Eis uma instalação minha cuja comoção não necessita mesmo de sua explicação.
 - (C) – Esta minha instalação deverá comovê-los mesmo que eu não a explique.
 - (D) – Aquela instalação deveria comover vocês ainda que não a expliquem.
 - (E) – Aquela minha instalação deve comover-lhes mesmo sem o que a explique.

Atenção: Leia com atenção o texto seguinte para responder às questões de números 7 a 12. Trata-se de uma apresentação que faz o escritor José Castello a um livro que escreveu em homenagem ao cronista Rubem Braga.

Uma entrevista sincera

Quando morreu Rubem Braga, nosso maior cronista, a parte mais importante de sua vida sobreviveu guardada nas mais de 15 mil crônicas que ele escreveu em 62 anos de atividade jornalística. Tomei então uma decisão: resolvi usar as crônicas como se fossem uma longa e sincera entrevista que Braga tivesse me concedido antes de morrer.

A maior parte dos relatos deste livro não tem a pretensão de ser uma reconstituição fiel dos fatos, mas apenas sua evocação. A maioria absoluta das descrições e dos diálogos deve ser lida, apenas, como uma recriação. A crônica foi, para ele, um gênero eminentemente confessional, e os fatos, nada mais do que os fatos, sua matéria-prima. Mas, ao ler seus escritos, logo se percebe que essas toneladas de acontecimentos estão cimentadas pela força do lirismo e de vasta imaginação, ou simplesmente desmoronariam. Em outras palavras: sem a capacidade de sonhar, os fatos não subsistem e se tornam pó. Só a mentira bem dita é capaz de moldar a verdade perdida.

Este livro não pretende ser uma biografia clássica de Rubem Braga, mas apenas um retrato minimalista de um dos maiores escritores que o Brasil já teve, que nos ensinou que vidas não são feitas apenas de fatos, mas sobretudo do modo como os tornamos. Não basta viver, é preciso dar sentido ao viver, ou tudo se evapora.

(CASTELLO, José. **Na cobertura de Rubem Braga**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996, p.9-10)

7. Nesse texto de apresentação de seu livro, José Castello caracteriza o cronista Rubem Braga como um escritor para quem
- (A) a fidedignidade aos fatos vividos deve ser a preocupação maior de quem escreve sobre as próprias experiências.
 - (B) a capacidade de sonhar deve restringir-se ao mundo da imaginação, sem contato com as vivências da realidade.
 - (C) os acontecimentos ganham sentido e interesse na medida em que sejam trabalhados pela força da imaginação.
 - (D) os fatos dignos de representação literária são aqueles que marcam nossa vida por sua excepcionalidade.
 - (E) as crônicas devem burilar a imaginação de modo a fazer o leitor se dar conta de que tudo é mero produto da fantasia.



8. No contexto, a frase *sem a capacidade de sonhar, os fatos não subsistem e se tornam pó* deve ser entendida em apoio à iniciativa de José Castello de escrever um livro de modo a
- (A) tomar as crônicas de Rubem Braga como matéria para uma entrevista que só ocorreu na imaginação do autor.
 - (B) considerar as crônicas de Rubem Braga como modelos para escrever outras crônicas, igualmente poéticas e talentosas.
 - (C) inventar acontecimentos que ganham importância ao serem referidos à vida pessoal de Rubem Braga.
 - (D) criar um conjunto de crônicas que, pelos temas e estilo, pudessem ser atribuídas a Rubem Braga.
 - (E) refazer uma biografia de Rubem Braga, voltando-se para a imaginação e ignorando os fatos realmente vividos pelo cronista.
-
9. Uma nova, clara e correta redação da frase *A crônica foi, para ele, um gênero eminentemente confessional, e os fatos (...), sua matéria-prima* poderá ser:
- (A) Para ele, por constituir um gênero com a iminência da confissão, a crônica encontrou nos fatos sua matéria-prima.
 - (B) A sua matéria-prima foram os fatos, mas valeu-se da crônica como um gênero sobretudo apropriado às confissões.
 - (C) Sendo um gênero próprio para as confissões, suas crônicas foram apoiadas na matéria-prima dos próprios fatos.
 - (D) O confessionalismo das crônicas, que adotou como gênero, as quais eram marcadas pelos fatos como base de sua matéria-prima.
 - (E) A matéria-prima dos fatos constituía-se no gênero de suas crônicas, onde estas eram caracterizadas pelo teor confessional.
-
10. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Nunca ocorreram aos grandes cronistas, em seus textos, basearem-se tão somente nas experiências de fato vividas por eles.
 - (B) Devem haver mentiras montadas de forma tão convincente e elegante que são possíveis de soarem como se fossem verdades.
 - (C) Deve-se a um bom biógrafo as elucidações que cabem para se associarem uma obra aos acontecimentos de uma vida.
 - (D) Não é de se esperar que provenham de um cronista de jornal, de um discreto Rubem Braga, confissões como as que dele emergiam.
 - (E) A nenhum dos leitores de Rubem Braga conviriam julgar que a imaginação dos fatos pode ser mais forte do que a sua verdade imediata.
-
11. São exemplos de uma mesma função sintática os elementos sublinhados no segmento:
- (A) Sua vida sobreviveu guardada nas mais de 15 mil crônicas.
 - (B) Resolvi usar as crônicas como se fossem uma longa entrevista que Braga tivesse me concedido.
 - (C) Grande parte dos relatos do livro não tem a pretensão de ser uma reconstituição fiel dos fatos.
 - (D) Toneladas de acontecimentos estão cimentadas pela força do lirismo.
 - (E) A vida não basta, é preciso dar sentido ao viver, ou tudo se evapora.
-
12. *Não basta viver, é preciso dar sentido ao viver, ou tudo se evapora.*
- Uma nova, coerente e correta redação da frase acima, se iniciada pelo segmento *Tudo se evapora...*, deverá complementar-se com:
- (A) conquanto não baste viver para dar-lhe sentido.
 - (B) no caso de apenas vivermos, sem a isso dar sentido.
 - (C) se não vivermos apenas, para lhe dar sentido.
 - (D) desde que não baste viver, ao ser preciso ter sentido.
 - (E) quando basta o que se vive, tendo com isso um sentido.

**Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático**

13. Quatro quintos dos processos de uma comarca são da área civil e três oitavos desses processos são da regional sul da comarca. A porcentagem de processos da comarca que são da área civil e da regional sul é igual a
- (A) 42%.
(B) 20%.
(C) 45%.
(D) 12%.
(E) 30%.
-
14. Um Analista Judiciário precisa distribuir certo número de tarefas por 17 funcionários. Distribuindo-se 13 tarefas por funcionário irão sobrar 4 tarefas sem serem distribuídas entre os funcionários. Se a mesma quantidade de tarefas fosse distribuída igualmente por 24 funcionários, cada funcionário receberia 9 tarefas e sobriam, sem serem distribuídas entre os funcionários, um total de tarefas igual a
- (A) 3.
(B) 7.
(C) 9.
(D) 6.
(E) 8.
-
15. Cinco diretores (Recursos Humanos-RH, Financeiro-F, Administrativo-D, Contábil-C e Marketing-M) estão sentados em uma mesa circular com oito acentos igualmente espaçados ao redor da mesa. D está sentado no acento em frente ao assento de C e no terceiro assento à direita de M. RH está sentado a quatro acentos de F. Em tais condições é correto afirmar que, necessariamente,
- (A) M está sentado em frente a um assento vazio.
(B) M está sentado ao lado de um assento vazio.
(C) há dois assentos vazios que estão juntos.
(D) D está sentado ao lado de um assento vazio à sua direita e de um à sua esquerda.
(E) C está sentado imediatamente à direita de RH.
-
16. A relação entre funcionários homens e funcionárias mulheres em uma repartição pública é de 5 para 4, nessa ordem. Após um concurso, foram admitidos 5 novos funcionários homens e 12 novas funcionárias mulheres nessa repartição. Com o ingresso desses funcionários, a proporção entre funcionários homens e funcionárias mulheres da repartição passou a ser de 9 para 8, nessa ordem. Sendo assim, depois do concurso a repartição passou a ter um total de funcionárias mulheres igual a
- (A) 64.
(B) 78.
(C) 80.
(D) 72.
(E) 70.
-
17. Em uma empresa com 120 funcionários, 42 recebem vale-transporte e 95 recebem vale-refeição. Sabendo que todos os funcionários da empresa recebem ao menos um desses dois benefícios, o total de funcionários que recebem ambos os benefícios é igual a
- (A) 25.
(B) 17.
(C) 15.
(D) 19.
(E) 20.



18. Uma equipe de 25 trabalhadores foi contratada para realizar uma obra em 14 dias. Passados 9 dias, a equipe só havia realizado $\frac{3}{7}$ da obra. O coordenador da obra decidiu que irá contratar mais trabalhadores, com o mesmo ritmo de trabalho dos 25 que já estão na obra, para dar conta de terminá-la exatamente no prazo contratado. Sendo assim, o coordenador deve contratar um número mínimo de trabalhadores igual a
- (A) 36.
(B) 28.
(C) 32.
(D) 42.
(E) 35.

Noções de Informática

19. Um Analista recebeu um arquivo chamado funcionarios.txt contendo o nome e outras informações de cerca de 10000 funcionários. Ao ser solicitado a localizar os dados do funcionário Marconi Teixeira nesse arquivo, estando na pasta em que se encontra o arquivo em um terminal Linux, digitou o comando
- (A) `get 'Marconi Teixeira' from funcionarios.txt`
(B) `grep 'Marconi Teixeira' funcionarios.txt`
(C) `ls 'Marconi Teixeira' in funcionarios.txt`
(D) `locate 'Marconi Teixeira' >> funcionarios.txt`
(E) `search 'Marconi Teixeira' funcionarios.txt`
20. Um Analista utiliza um computador com o Windows 10 instalado, em português, e trabalha frequentemente com diversas janelas de aplicativos abertas. Para alternar entre as janelas abertas e para fechar a janela ativa, ele utiliza, correta e respectivamente, as combinações de teclas:
- (A) Alt + Tab e Alt + F4
(B) Ctrl + Alt + A e Ctrl + Alt T
(C) Ctrl + F2 e Ctrl + F3
(D) Ctrl + Tab e Ctrl + F4
(E) Alt + A e Alt + X
21. A planilha abaixo, criada no Microsoft Excel 2010, em português, mostra o pagamento hipotético de honorários periciais a um perito trabalhista.

	A	B	C	D	E
1	Perito:	Marcos Pereira	Percentual de correção		0,30%
2	Requisição	Processo	Vara do Trabalho	Valor Requisição	Valor Corrigido
3	4336/2017	0000606-18.2017.5.06.0009	VARA DO TRABALHO 9ª REGIÃO	R\$ 350,00	R\$ 351,05
4	4499/2017	0001376-19.2014.5.06.0008	VARA DO TRABALHO 6ª REGIÃO	R\$ 650,00	R\$ 651,95
5	4641/2017	0010048-50.2013.5.06.0008	VARA DO TRABALHO 6ª REGIÃO	R\$ 650,00	R\$ 651,95

Na célula E3 foi digitada uma fórmula que aplica ao valor contido na célula D3 o percentual de aumento contido na célula E1. Após a fórmula ser corretamente digitada, ela foi copiada puxando-se a alça da célula E3 para baixo, até a célula E5, gerando os resultados corretos automaticamente. A fórmula digitada foi

- (A) `=SOMA ((D3+D3) *E1)`
(B) `=D3+D3 *E$1`
(C) `=AUMENTO (D3+D3 ; E1)`
(D) `=D3+ (D3 *$E1)`
(E) `=D3+D3 *E1`



22. Um Analista está escrevendo um relatório no Microsoft Word 2010, em português, e deseja numerar as páginas a partir da terceira página, após a capa e o sumário, iniciando pelo número 1. Para isso, deverá posicionar o cursor no final da segunda página e
- (A) realizar uma quebra de página. Depois, deverá inserir número de página no cabeçalho ou rodapé, formatando essa numeração para iniciar pelo número 3.
 - (B) clicar a opção Número de páginas da guia Inserir. Na janela que se abre ele terá que selecionar a opção Iniciar numeração na próxima página e clicar no botão OK.
 - (C) inserir uma quebra de seção para iniciar a próxima seção na próxima página. Depois, deverá inserir a numeração de páginas no cabeçalho ou rodapé da terceira página sem vínculo com a seção anterior.
 - (D) inserir uma quebra de página. Na página seguinte, deverá dar um duplo clique na área de cabeçalho ou rodapé da página, digitar o número 1 no campo Número de página e clicar no botão OK.
 - (E) clicar na opção Cabeçalho e Rodapé da guia Inserir. Na janela que se abre, deverá clicar na opção Número de Página, depois na opção Próxima página e, por fim, no botão OK.

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

23. Segundo a Constituição Federal brasileira, no tocante ao ente federativo com competência para legislar sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência, é correto afirmar que União, Estados e Distrito Federal possuem competência
- (A) concomitante.
 - (B) subsidiária.
 - (C) exclusiva.
 - (D) concorrente.
 - (E) hierárquica.

-
24. Segundo a Lei nº 10.098/2000, barreiras arquitetônicas são aquelas
- (A) existentes nos edifícios públicos e privados.
 - (B) que representem entrave que dificulte ou impossibilite a expressão.
 - (C) existentes nos meios de transporte.
 - (D) existentes em espaços públicos, abertos ao público e de uso coletivo.
 - (E) que representem obstáculo que dificulte ou impossibilite a comunicação com terceiro.

-
25. Segundo o disposto na Lei nº 7.853/1989, constitui crime apenado com reclusão obstar inscrição em concurso público ou acesso de alguém a qualquer cargo ou emprego público, em razão de sua deficiência. A pena prevista em abstrato é de
- (A) 3 a 5 anos e multa.
 - (B) 1 a 3 anos e multa.
 - (C) 6 meses a 2 anos e multa.
 - (D) 2 a 4 anos.
 - (E) 2 a 5 anos e multa.

-
26. Conforme expressamente previsto pela Lei nº 10.048/2000, está assegurada a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência em
- (A) cinemas e outros centros culturais.
 - (B) restaurantes.
 - (C) serviços de correios.
 - (D) instituições financeiras.
 - (E) postos de saúde.

**Legislação e Ética no Serviço Público**

27. Numa hipótese em que um processo administrativo disciplinar tenha tramitado até a fase final, com proferimento de decisão aplicando penalidade ao servidor público, e que se tenha verificado a inexistência de intimação do mesmo no início do procedimento para apresentação de regular defesa,
- (A) a decisão não pode ser revista administrativamente, tendo em vista que não é obrigatória a apresentação de defesa e será possível questionar integralmente o resultado no Judiciário.
 - (B) há nulidade, gerando fundamento para anulação dos atos posteriores e retomando-se o procedimento para conferir oportunidade de defesa ao servidor público.
 - (C) é discricionária a decisão pela revogação do procedimento, considerando que a decisão administrativa proferida em processo disciplinar não faz coisa julgada, não gerando efeitos ao servidor público antes da homologação judicial.
 - (D) é de rigor a revogação do processo, reabrindo-se prazo para defesa do servidor público, sendo possível, no entanto, o aproveitamento dos atos praticados que não tenham gerado prejuízo ao servidor.
 - (E) a decisão poderá ser anulada pela própria Administração pública, em razão da obrigatoriedade de submeter todas as suas decisões em processos disciplinares à instância superior, com recurso obrigatório.
-
28. A prática de ato de improbidade depende da
- (A) demonstração de dolo, por parte dos servidores públicos, para a tipificação da modalidade que causa prejuízo ao erário.
 - (B) ocupação, para legitimação do sujeito ativo, de cargo público de caráter efetivo, não se estendendo aos ocupantes de emprego público.
 - (C) demonstração de prejuízo financeiro aos entes da Administração direta ou indireta, independentemente da natureza jurídica dos mesmos.
 - (D) demonstração de dolo para a configuração da modalidade de improbidade em que o agente público enriquece ilícitamente, recebendo, por exemplo, pagamentos indevidos pela realização de serviços cotidianos.
 - (E) prova da concretude do prejuízo, financeiro ou operacional, aos entes de natureza jurídica de direito público, não sendo suficiente a mera violação de regras.
-
29. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, a responsabilidade civil do servidor público
- (A) é objetiva e solidária com o ente público cujo quadro integra, admitidas, no entanto, as excludentes de responsabilidade.
 - (B) dá-se de forma subjetiva, pessoal e integral, com a comprovação de dolo ou culpa do servidor, não cabendo responsabilização do poder público.
 - (C) dá-se de forma regressiva e não atinge eventual herança do servidor falecido, cabendo necessariamente a prévia responsabilização do ente público em caráter primário.
 - (D) demanda prova de culpa ou dolo, considerando que a responsabilidade civil dos servidores dá-se sob a modalidade subjetiva.
 - (E) restringe-se aos atos comissivos, considerando que se dá sob a modalidade subjetiva e, portanto, exige prova de dolo ou culpa.
-
30. Dentre as vantagens previstas para os servidores na Lei nº 8.112/90, as indenizações
- (A) se incorporam aos vencimentos dos servidores, tal qual as férias e auxílio-moradia.
 - (B) são devidas para os servidores que comprovarem a necessidade da despesa a ser reembolsada, a partir de quando serão incorporadas aos vencimentos.
 - (C) à exemplo das diárias, não são incorporadas aos vencimentos dos servidores, sendo devidas apenas diante da ocorrência do evento que as justificam.
 - (D) incorporam-se aos proventos dos servidores quando da aposentadoria, diferentemente das gratificações.
 - (E) incorporam-se aos vencimentos dos servidores, assim como os adicionais, estes mesmo depois de cessados os eventos que os justificam, em razão da frequência.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. É correto classificar a Constituição Federal brasileira de 1988, quanto
- (A) à origem, como outorgada, pois não foi votada e aprovada diretamente pelo povo, mas tão somente por seus representantes.
 - (B) à extensão, como sintética, por abordar, muitas vezes de forma minuciosa, todos os assuntos que os representantes do povo entenderam fundamentais.
 - (C) ao modo de elaboração, como histórica, constituída através de um lento e contínuo processo de formação ao longo do tempo.
 - (D) ao conteúdo, como formal, em razão de ter elegido como critério preponderante o processo de sua formação, e não o conteúdo de suas normas.
 - (E) à alterabilidade, como semirrígida, em razão de algumas matérias exigirem um processo de alteração mais dificultoso do que o exigido para a alteração das espécies normativas infraconstitucionais.
-
32. Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre os direitos e deveres individuais e coletivos:
- (A) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, poderá ser objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, mas não de desapropriação.
 - (B) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Congresso Nacional.
 - (C) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
 - (D) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio perpétuo de sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país.
 - (E) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização prévia, sujeita a complementação posterior, na hipótese de ocorrência de dano.
-
33. No que tange à disciplina do controle de constitucionalidade no Direito Brasileiro,
- (A) não é exigida a pertinência temática, como requisito de legitimação, para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - (B) quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de lei ou ato normativo, citará, previamente, o Procurador-Geral da República, que defenderá o ato ou texto impugnado.
 - (C) o autor de uma ação direta de inconstitucionalidade poderá desistir de seu prosseguimento, desde que o faça até a intimação do Procurador-Geral da República.
 - (D) o Ministro da Justiça pode ajuizar ação direta de inconstitucionalidade contra lei que autoriza a prática de eutanásia.
 - (E) não há previsão legal de medida liminar na ação de descumprimento de preceito fundamental.
-
34. À luz da Constituição Federal, bem como da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no que concerne às disposições gerais da Administração pública,
- (A) a prioridade no atendimento, por repartição pública, de cidadão pelo critério exclusivo de sua importância e notoriedade junto à comunidade em que reside, não fere o princípio da impessoalidade.
 - (B) nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do teto remuneratório pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastando-se sua observância quanto ao somatório dos ganhos do agente público.
 - (C) é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, desde que oriunda de decisão judicial.
 - (D) os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da nacionalidade, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei.
 - (E) não há irregularidade na disposição contida em edital de concurso público que fixe o prazo de validade do certame em dois anos, com a possibilidade de prorrogação ilimitada para o atendimento das necessidades do órgão da administração.



35. À luz do que dispõe a Constituição Federal acerca do Poder Legislativo, seus órgãos e atribuições,
- (A) os Deputados Federais e Senadores são eleitos pelo sistema majoritário.
 - (B) os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, somente mediante convocação das respectivas mesas, para expor assunto de relevância de seu Ministério.
 - (C) perderá o mandato o Deputado ou Senador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a um quarto das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada.
 - (D) os Deputados e Senadores são obrigados, ante os princípios da publicidade e da moralidade administrativa, a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato.
 - (E) a Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.
-
36. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de
- (A) no mínimo sete Ministros, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta anos.
 - (B) no mínimo trinta Ministros nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de cinquenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
 - (C) vinte e cinco Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
 - (D) vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
 - (E) quinze Ministros, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal.
-
37. Sobre as finanças públicas, suas normas gerais e orçamentos, dispõe a Constituição Federal que:
- (A) leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
 - (B) o Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.
 - (C) a lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ainda que referentes à autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.
 - (D) cabe à lei ordinária estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da Administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.
 - (E) a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá as metas e prioridades da Administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e disporá sobre as alterações na legislação tributária.
-
38. Relativamente à ordem social, a Constituição Federal estabelece que:
- (A) as contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei não poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.
 - (B) a proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.
 - (C) nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total, exceto os que dizem respeito ao direito à saúde.
 - (D) são isentas de contribuição para a seguridade social as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, bem como as organizações não governamentais que atendam às exigências estabelecidas em decreto do Presidente da República.
 - (E) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando, ainda, o orçamento da União.

**Direito Administrativo**

39. Na execução de suas funções executivas, a Administração pública é dotada de algumas prerrogativas, com amparo legal, que lhe permitem a adoção de uma série de medidas e atos para consecução das finalidades de interesse público. Configura expressão de algumas dessas prerrogativas
- (A) o poder de polícia, que lhe permite limitar direitos individuais sempre que a atividade fiscalizada for criminosa.
 - (B) o poder regulamentar, que é expressamente previsto constitucionalmente dentre as competências legislativas, possuindo matérias próprias de incidência.
 - (C) o poder de polícia, que admite a adoção de medidas repressivas e urgentes para impedir danos ou riscos à coletividade, cabendo ao destinatário daquelas defender-se após a prática desses atos.
 - (D) a edição de decretos pelo Chefe do Poder Executivo, que se insere no poder regulamentar, somente podendo se prestar a explicitar o conteúdo de leis já editadas, para sua melhor aplicação.
 - (E) o poder de polícia e o poder regulamentar, que são autônomos, ou seja, encontram fundamento em competências próprias da Administração pública, prescindindo de previsão ou autorização legal.
-
40. A Administração pública está elaborando um projeto de parceria público-privada para o setor de transportes, para levá-lo a licitação. A modelagem econômica, entretanto, vem encontrando dificuldades de equacionamento, porque os investimentos na fase de obras por parte do privado seriam de tal monta que poderiam inviabilizar o projeto. Uma das possíveis soluções para reduzir o custo da fase inicial do projeto, equilibrando a equação econômica, seria
- (A) o aditamento do contrato após sua celebração, desde que observado o limite quantitativo previsto na Lei nº 8.666/1993.
 - (B) prever no contrato a possibilidade de prorrogação, por sucessivos períodos ou por prazo indeterminado, até que fique apurada pelo poder público a amortização dos investimentos.
 - (C) o poder público reduzir o objeto do contrato, após sua celebração, executando diretamente, ou mediante contratação de terceiro, as obras que excederem os investimentos suportáveis pelo parceiro privado.
 - (D) a previsão de aporte por parte do poder público, considerando que as obras da fase inicial do contrato sejam para a construção do modal de transporte, que reverterá ao poder público ao fim da parceria público-privada.
 - (E) a previsão de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato tão logo concluídas as obras, cuja indenização poderá se dar por meio de prorrogação de prazo contratual ou aporte por parte do poder público.
-
41. A criação de uma empresa estatal deve
- (A) observar a legislação civil e comercial aplicável à criação de empresas, exceto com relação ao capital, que nos primeiros seis meses deve pertencer integralmente ao ente público que a criou.
 - (B) ser precedida de autorização legislativa, o que a prediará com regime jurídico de direito público, inclusive quanto a seus bens e obrigatoriedade de submissão a licitação para todos os ajustes e contratos que celebrar.
 - (C) ser autorizada em audiência pública a ser realizada para o setor econômico em que vai atuar, de forma a serem colhidas eventuais impugnações quanto à concorrência desleal.
 - (D) observar a legislação aplicável para instituição de empresas privadas, sem prejuízo de ter sido previamente autorizada em lei, podendo ser prestadora de serviços públicos ou exploradora de atividade econômica.
 - (E) ser feita por meio de lei, da qual constarão, como anexo, os atos constitutivos que deverão ser levados a registro para regular funcionamento, e deverão prever o setor de atuação e o regime jurídico de exploração da atividade.
-
42. Um servidor apresentou requerimento para que lhe fossem concedidas, em pecúnia, as licenças-prêmio a que fazia jus, com base em legislação recém-aprovada pelo ente público cujo quadro integrava. Durante o prazo para apresentação de recurso administrativo contra a decisão que indeferiu o requerimento, a Administração pública
- (A) não poderá rever a decisão administrativa, tendo em vista que o processo administrativo depende de provocação do interessado.
 - (B) pode revogar a decisão de ofício, nos casos de ilegalidade expressa.
 - (C) pode anular a decisão proferida, de ofício, no caso de constatar que estava eivada de ilegalidade.
 - (D) deve intimar o interessado para que informe se irá apresentar recurso e, diante da negativa, poderá exercer seu poder de revisão dos atos administrativos.
 - (E) pode rever a decisão de ofício, desde que tenha sido apresentado recurso pelo interessado, ainda que não tenha invocado a ilegalidade.



43. Numa ação ajuizada por um particular em face do Município em razão de supostos danos causados em seu imóvel, vizinho a uma escola municipal, em virtude de uma reforma naquelas instalações que teria ensejado a queda do muro, caberá ao autor demonstrar
- (A) a negligência dos agentes públicos na conservação das dependências da escola, configurando culpa.
 - (B) o nexo de causalidade entre os danos que foram causados ao seu imóvel e a queda do muro, decorrente da reforma.
 - (C) o dolo dos agentes públicos na realização da reforma, sem preocupação com a qualidade da execução dos trabalhos.
 - (D) a prova dos danos intencionalmente causados ao autor, bem como os lucros cessantes.
 - (E) que não se tratou de hipótese de força maior ou de culpa concorrente da vítima, o que excluiria a responsabilidade do Município.
-
44. A escolha entre as modalidades de licitação, de acordo com a Lei nº 8.666/1993,
- (A) dá-se sempre por opção discricionária do administrador, que deve considerar a natureza e a relevância da contratação em prol do interesse público.
 - (B) dá-se por determinação expressa da lei, cabendo a escolha ao administrador dentre as diversas modalidades existentes, no caso de omissão legal.
 - (C) é estabelecida expressamente somente em virtude do valor da contratação, aplicando-se, nos demais casos, a modalidade que melhor atender as finalidades da Administração pública.
 - (D) difere conforme o valor ou o bem objeto do certame, aplicando-se o leilão na omissão legal ou, a critério do administrador, a concorrência.
 - (E) pode se dar em razão do valor da contratação ou da natureza do objeto, aplicando-se a concorrência nos casos de omissão.

Direito Civil

45. No tocante à personalidade e à capacidade, conforme previsão do Código Civil, é correto afirmar:
- (A) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, de maneira absoluta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura da sucessão provisória.
 - (B) A personalidade civil da pessoa começa com o registro de seu nascimento no Cartório competente.
 - (C) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.
 - (D) Entre outros, são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
 - (E) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, exclusivamente na hipótese da extrema possibilidade de morte de quem se encontrava em perigo de vida.
-
46. Pedro de Oliveira, maior e capaz, quer acrescentar a seu nome o pseudônimo "Marisco", pois é pescador e deseja candidatar-se a vereador usando o nome pelo qual é conhecido em Cananeia, o que é notório na cidade, passando a chamar-se Pedro Marisco de Oliveira. Sua pretensão
- (A) será indeferida, porque o acréscimo do pseudônimo não é permitido após a maioridade, a fim de resguardar direitos de terceiros.
 - (B) será indeferida, porque "Marisco" é nome de um animal marinho, não podendo ser utilizado como pseudônimo.
 - (C) poderá ser deferida, mas somente para fins sociais, estritamente, não gozando da proteção legal dada ao nome na mesma extensão.
 - (D) será indeferida, porque o pseudônimo não tem previsão legal de acréscimo ao nome.
 - (E) poderá ser deferida, gozando o pseudônimo, adotado para atividades lícitas, da mesma proteção que se dá ao nome.
-
47. Em relação aos bens,
- (A) os materiais destinados a alguma construção, mesmo que ainda não empregados, já são considerados imóveis em razão de sua finalidade.
 - (B) consideram-se imóveis para os efeitos legais o direito à sucessão aberta.
 - (C) são consumíveis os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
 - (D) os naturalmente divisíveis conservam sua divisibilidade em qualquer situação, nada obstante a lei ou a vontade das partes em sentido contrário.
 - (E) os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal como regra abrangem as pertencas, salvo disposição da lei ou do contrato em sentido diverso.



48. Com relação à prescrição

- (A) sua interrupção, produzida contra o principal devedor, não prejudica o fiador, pois este se obriga autonomamente.
- (B) sua interrupção, produzida por um credor aproveita aos outros; do mesmo modo, a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, prejudica aos demais coobrigados.
- (C) pode ser interrompida por qualquer interessado.
- (D) ocorre em cinco anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- (E) suspensão em favor de um dos credores solidários, só aproveitam aos outros se a obrigação for divisível.

49. Em relação à responsabilidade civil, considere as afirmações a seguir.

- I. Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão subsidiariamente pela reparação.
- II. O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita, ficará obrigado a esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas em dobro.
- III. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- IV. Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
- V. Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou parcialmente, sem ressaltar as quantias do que for devido, ficará no primeiro caso obrigado a devolver o equivalente do que exigiu do devedor e, no segundo caso, a pagar-lhe o dobro do que foi cobrado, em qualquer circunstância.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, III e V.
- (C) I e II.
- (D) III e V.
- (E) II, IV e V.

Direito Processual Civil

50. Analise os enunciados a seguir, relativos à competência:

- I. Argui-se exclusivamente, por meio de exceção, a incompetência relativa.
- II. Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- III. Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil, a ação será proposta no foro de domicílio do autor, e, se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.
- IV. Acolhida a alegação de incompetência absoluta, que se refere à matéria, à função e à pessoa, o processo será extinto sem resolução do mérito, interrompida porém a prescrição.
- V. O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e V.
- (B) I, III, IV e V.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) II, III, IV e V.



51. Em relação à citação, é correto afirmar:
- (A) Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, em qualquer hipótese.
 - (B) A juntada aos autos de procuração com poderes para receber citação equivale ao comparecimento espontâneo do réu, desde que tenha o advogado a potencial possibilidade de ter acesso aos autos do processo.
 - (C) É anulável a citação feita sem obediência às formalidades legais.
 - (D) O juiz não pode, de ofício, reconhecer a falta ou nulidade da citação, dependendo de provocação da parte nesse sentido, em obediência ao princípio da inércia jurisdicional.
 - (E) A citação será sempre pessoal, por se tratar de ato formal e solene, não podendo em nenhuma hipótese ser realizada na pessoa de terceiros, ainda que representantes legais, neste último caso excepcionada a citação na figura dos pais, curadores ou tutores de incapazes.

52. Dispõe o CPC que o juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exija a iniciativa da parte.

Esse enunciado compreende os princípios:

- (A) da adstrição ou congruência e da persuasão racional.
- (B) do impulso oficial e dispositivo.
- (C) da adstrição ou congruência e dispositivo.
- (D) da persuasão racional e do livre convencimento.
- (E) do livre convencimento e da eventualidade.

53. Na execução por quantia certa, em relação à penhora de bens:

- (A) A penhora de crédito representado por letra de câmbio, nota promissória ou cheque far-se-á pela apreensão do documento, desde que este se encontre em poder do executado.
- (B) São impenhoráveis quaisquer móveis, pertences ou utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, bem como os pertences de seu uso pessoal.
- (C) O rol de bens a serem penhorados na execução segue ordem compulsória e é taxativo.
- (D) Não se procederá à segunda penhora, salvo, exclusivamente, se a primeira for anulada ou o produto da alienação dos bens for insuficiente.
- (E) Será admitida a redução ou a ampliação da penhora, bem como sua transferência para outros bens, se, no curso do processo, o valor de mercado dos bens penhorados sofrer alteração significativa.

54. No tocante às intimações,

- (A) presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.
- (B) serão feitas preferencialmente por oficial de justiça; frustrado o ato por esse meio, realizar-se-ão por meio eletrônico ou pelo correio.
- (C) somente as citações podem ser feitas por hora certa ou edital; já as intimações podem eventualmente realizar-se por edital, defeso porém o ato com hora certa.
- (D) é obrigatório aos advogados promover a intimação do advogado da outra parte, por via postal, juntando-se aos autos em seguida cópia do aviso de recebimento.
- (E) o juiz determinará, a requerimento das partes, as intimações em processos pendentes, defeso o ato de ofício.

Direito do Trabalho

55. Aristóteles é empregado da empresa Grécia Iluminada Ltda., recebendo como salário a importância de R\$ 2.800,00 mensais. Possui na sua conta vinculada do FGTS o montante de R\$ 4.000,00. Aristóteles e sua empregadora pretendem celebrar acordo para a rescisão contratual. Nesse caso, o empregado terá direito de receber aviso prévio indenizado, indenização sobre o saldo do FGTS e saque do FGTS, respectivamente, nos valores de

- (A) R\$ 1.400,00; R\$ 1.600,00; R\$ 2.000,00.
- (B) R\$ 2.240,00; R\$ 800,00; R\$ 3.200,00.
- (C) R\$ 2.800,00; R\$ 800,00; R\$ 4.000,00.
- (D) R\$ 1.400,00; R\$ 1.280,00; R\$ 3.200,00.
- (E) R\$ 1.400,00; R\$ 800,00; R\$ 3.200,00.



56. Considere as afirmativas abaixo a respeito da modalidade de teletrabalho, introduzida no ordenamento jurídico trabalhista pela Lei nº 13.467/2017.
- I. Considera-se teletrabalho a prestação de serviços exclusivamente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.
 - II. Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, independente da concordância do empregado, desde que garantido prazo de transição mínimo de quinze dias, não sendo necessário aditivo contratual.
 - III. O comparecimento do empregado às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho.
 - IV. As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e II.

57. Com relação à jornada de trabalho do Jornalista Profissional, conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho,

- (A) o intervalo mínimo entre duas jornadas de trabalho será de 10 horas.
- (B) a duração normal do trabalho não deverá exceder de 5 horas, desde que em período noturno.
- (C) a duração normal do trabalho não deverá exceder de 4 horas, tanto em período noturno, como diurno.
- (D) o intervalo mínimo entre duas jornadas de trabalho será de 11 horas.
- (E) a duração normal do trabalho poderá ser elevada a 8 horas, mediante acordo escrito.

58. Considere as afirmativas abaixo a respeito da equiparação salarial.

- I. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, ou dentro da mesma região metropolitana, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade.
- II. Para efeito de se aferir trabalho de igual valor, para fins de equiparação salarial, considera-se o feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos.
- III. Não se poderá falar em equiparação salarial quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira ou adotar, por meio de norma interna da empresa ou de negociação coletiva, plano de cargos e salários, devidamente homologado no Ministério do Trabalho.
- IV. No caso de comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia, o juízo determinará, além do pagamento das diferenças salariais devidas, multa, em favor do empregado discriminado, no valor de 50% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, II e III.
- (C) II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, III e IV.

59. Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de uma comissão para representá-los, com a finalidade de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores. Referida comissão será composta de um número mínimo e máximo de membros, com mandato, respectivamente, de

- (A) 7 e 9; 1 ano.
- (B) 3 e 7; 1 ano.
- (C) 3 e 5; 2 anos.
- (D) 5 e 7; 1 ano.
- (E) 3 e 7; 2 anos.



60. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre o disposto em lei, de acordo com a recente alteração da CLT promovida pela Lei nº 13.467/2017 e Medida Provisória nº 808/2017. Constitui objeto lícito da convenção coletiva ou do acordo coletivo a
- (A) redução do intervalo intrajornada, desde que observe o intervalo mínimo de 15 minutos para jornada superior a 6 horas.
 - (B) definição da modalidade de registro da jornada de trabalho.
 - (C) redução temporária, limitada a 6 meses, do percentual de depósito do FGTS.
 - (D) redução do prazo do aviso prévio, podendo ser inferior a 30 dias, com no mínimo 23 dias.
 - (E) diminuição do número de dias de férias, podendo ser inferior a 30 dias, com no mínimo 15 dias.

Direito Processual do Trabalho

61. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa. Os percentuais mínimo e máximo de honorários advocatícios de sucumbência, nos termos da CLT, serão, respectivamente, de
- (A) 20% e 30%.
 - (B) 5% e 20%.
 - (C) 15% e 30%.
 - (D) 10% e 30%.
 - (E) 5% e 15%.

62. Considere as afirmações abaixo a respeito do Processo de Jurisdição Voluntária para Homologação de Acordo Extrajudicial.
- I. O processo terá início por uma petição conjunta, facultado às partes a representação por advogado.
 - II. A petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos decorrentes do contrato de trabalho em discussão.
 - III. Se as partes optarem pela representação de advogado, poderão fazê-lo outorgando procuração para advogado comum.
 - IV. No prazo de 15 dias a contar da distribuição da petição, o juiz analisará o acordo, designará audiência se entender necessário e proferirá sentença.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I e III.
 - (D) II.
 - (E) I e IV.
-
63. Com relação ao que prevê a CLT acerca dos honorários periciais,
- (A) a União será sempre responsável pelo pagamento dos honorários periciais no Processo do Trabalho quando vencido o reclamante, sendo beneficiário da justiça gratuita.
 - (B) ao fixar o valor, o juízo deverá respeitar o limite máximo estabelecido na CLT de 10 salários mínimos.
 - (C) é faculdade da reclamada antecipar valores para custeio dos honorários periciais, mas apenas será responsável pelo seu pagamento na hipótese de o laudo pericial ser favorável ao reclamante.
 - (D) o limite máximo para fixação dos honorários periciais será definido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, sendo lícito ao juízo deferir seu parcelamento.
 - (E) a responsabilidade pelo pagamento é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária da justiça gratuita.



64. A exceção de incompetência territorial deverá ser apresentada pelo reclamado em Processo do Trabalho
- (A) no prazo de 5 dias antes da audiência, mas sempre em peça apartada à defesa.
 - (B) juntamente com a defesa, em audiência, podendo inclusive ser feita de forma verbal, em respeito ao princípio da oralidade.
 - (C) no prazo de 10 dias a contar da notificação, em peça autônoma onde se fundamente a existência da exceção.
 - (D) juntamente com a defesa, em audiência, devendo ser sempre escrita e em peça apartada.
 - (E) no prazo de 5 dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência da exceção.

65. Considere as afirmações abaixo com base na jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho.
- I. Compete à Justiça do Trabalho a execução, de ofício, da contribuição referente ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), que tem natureza de contribuição para a seguridade social, pois se destina ao financiamento de benefícios relativos à incapacidade do empregado decorrente de infortúnio no trabalho.
 - II. Havendo a parte executada interposto agravo de petição, é cabível mandado de segurança na hipótese de prosseguimento da execução, ainda que relativo a matéria não delimitada no agravo de petição.
 - III. Verificada a irregularidade de representação da parte na instância originária, o juiz designará prazo de 10 dias para que seja sanado o vício. Descumprida a determinação, extinguirá o processo, sem resolução de mérito, se a providência couber ao reclamante, ou considerará revel o reclamado, se a providência lhe couber.
 - IV. Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação direta a dispositivo da Constituição Federal, contrariedade a Súmula e Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II.
- (C) I.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

66. Considere as afirmações abaixo acerca da liquidação e execução de sentença no processo do trabalho, conforme previsão na CLT.
- I. A execução no processo do trabalho será sempre promovida por iniciativa das partes em qualquer hipótese, por determinação legal.
 - II. Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo poderá abrir às partes prazo sucessivo de 8 dias para impugnação fundamentada, sob pena de preclusão.
 - III. A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil.
 - IV. Tratando-se de execução de valores superiores a 40 salários mínimos, o juiz deverá nomear perito para a elaboração e fixará, depois da conclusão do trabalho, o valor dos respectivos honorários.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) IV.
- (B) II e IV.
- (C) I e II.
- (D) III.
- (E) I e III.



67. A respeito do procedimento para desconsideração da personalidade jurídica no processo do trabalho,
- (A) a instauração do incidente sempre será causa de suspensão do processo.
 - (B) da decisão que acolhe o pedido na fase de execução caberá agravo de petição, desde que garantida a execução.
 - (C) não é cabível instauração de incidente quando da execução de título extrajudicial.
 - (D) instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 dias.
 - (E) o requerimento deve demonstrar desde logo o preenchimento dos pressupostos legais específicos eis que incabível instrução probatória na espécie.
-
68. Não se considera fundamentada a sentença, de acordo com o Código de Processo Civil, dentre outros motivos, aquela que se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos, e que deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.
- De acordo com Instrução Normativa do TST que se aplica à hipótese, considera-se precedente para os efeitos supra transcritos, com exceção de
- (A) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal Superior do Trabalho em julgamento de recursos repetitivos.
 - (B) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.
 - (C) decisão do Tribunal Superior do Trabalho em controle difuso de constitucionalidade.
 - (D) tese jurídica prevalecente em Tribunal Regional do Trabalho e não conflitante com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (E) decisão do plenário, do órgão especial ou de seção especializada competente para uniformizar a jurisprudência do tribunal a que o juiz estiver vinculado ou do Tribunal Superior do Trabalho.
-
69. A decisão judicial transitada em julgado somente poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo de
- (A) quarenta e cinco dias a contar da citação do executado, se não houver garantia do juízo.
 - (B) sessenta dias a contar da citação do executado, se não houver garantia do juízo.
 - (C) quarenta e cinco dias a contar da garantia do juízo.
 - (D) sessenta dias a contar da garantia do juízo.
 - (E) trinta dias a contar da garantia do juízo.
-
70. De acordo com nova disciplina na Consolidação das Leis do Trabalho, responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como reclamante, reclamado ou interveniente. Verificada a sua ocorrência
- (A) desde que requerida pela parte lesada, o juízo condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a 1% e inferior a 10% do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou, podendo ainda ser extensiva à testemunha que provocou incidente manifestamente infundado.
 - (B) de ofício ou por requerimento pela parte lesada, o juízo condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a 1% e inferior a 10% do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou, podendo ainda ser extensiva à testemunha que intencionalmente alterar a verdade dos fatos ou omitir fatos essenciais ao julgamento da causa.
 - (C) desde que requerida pela parte lesada, o juízo condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a 1% e inferior a 15% do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou, podendo ainda ser extensiva à testemunha que intencionalmente alterar a verdade dos fatos ou omitir fatos essenciais ao julgamento da causa.
 - (D) de ofício ou por requerimento pela parte lesada, o juízo condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a 1% e inferior a 10% do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou, não podendo ser extensiva à testemunha que provocou incidente manifestamente infundado.
 - (E) de ofício ou por requerimento pela parte lesada, o juízo condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a 1% e inferior a 15% do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou, podendo ainda ser extensiva à testemunha que intencionalmente alterar a verdade dos fatos ou omitir fatos essenciais ao julgamento da causa.



DISCURSIVA

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 11: 11.3 A Prova Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, consistirá de uma **questão teórico-prática, relacionada aos conteúdos programáticos de Conhecimentos Específicos**, constantes no Anexo II deste Edital. 11.4. Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações. 11.5. A Prova Discursiva será avaliada em conformidade com os seguintes critérios: o domínio técnico-jurídico do conteúdo, a correção gramatical e a adequação vocabular, tendo em vista os mecanismos básicos de constituição do vernáculo, os procedimentos de coesão e argumentação. 11.6. Será atribuída nota zero à Prova Discursiva que: a) apresentar abordagem incorreta do conteúdo solicitado, fugir ao tema proposto; b) for assinada fora do local apropriado; c) apresentar qualquer tipo de sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato (por exemplo: assinatura, traços, desenhos, rabiscos etc); d) estiver em branco; e) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 11.7. Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva a que se refere este Capítulo, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 11.8. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 11.9 Na Prova Discursiva deverão ser rigorosamente observados os limites de número de linha estabelecidos, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova. 11.10 A Prova Discursiva será avaliada em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos. Será considerado habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta).

QUESTÃO 1

Zeus foi empregado como segurança da empresa Saturno Peças Automotivas Ltda. no período de 10/02/2015 a 09/03/2017. Laborava das 7h às 19h, com 30 minutos de intervalo, em escala 12 x 36, mediante acordo escrito entre ele e sua ex-empregadora. Dispensado, percebeu todas as verbas rescisórias, ingressando com reclamação trabalhista em face da sua ex-empregadora, distribuindo a demanda em 08/10/2017, requerendo horas extras além da 8ª diária e 1 hora extra pelo intervalo não cumprido. Requereu os benefícios da justiça gratuita, apresentando a declaração de pobreza onde atesta não ter condições de arcar com as custas do processo sem prejuízo do seu sustento e de sua família.

A citação da reclamada se deu em 18/11/2017, sendo a audiência marcada para 08/01/2018.

Em defesa, sustenta a reclamada que a CLT autoriza a pactuação mediante acordo individual para a jornada 12 x 36; aduz que já pagava o intervalo suprimido de 30 minutos como indenização acrescida de 50%, conforme previsão legal vigente. Impugna o pedido de justiça gratuita formulado pelo autor pela ausência de comprovação da condição de pobreza. Pede a improcedência dos pedidos e a condenação do autor nos honorários advocatícios de sucumbência e nas custas processuais.

Analise o caso proposto e responda, fundamentadamente:

- a. É possível a concessão de gratuidade de justiça ao reclamante? Justifique.
- b. Seriam devidas as horas extras além da 8ª na hipótese? Justifique.
- c. Foi correta a atitude da empresa em indenizar o intervalo sonogado de 30 minutos com acréscimo de 50%? Justifique.
- d. Na hipótese de improcedência dos pedidos, caberiam honorários advocatícios de sucumbência em favor da reclamada? Justifique.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO